



**CENTRO SOCIAL PE. MANUEL  
JOAQUIM DE SOUSA**

**Anexo  
EXERCÍCIO DE 2025**



## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	12
5	Ativos fixos tangíveis .....	12
6	Ativos intangíveis .....	13
7	Custos de empréstimos obtidos .....	13
8	Inventários .....	14
9	Rédito .....	14
10	Subsídios e outros apoios das entidade públicas .....	15
11	Benefícios dos empregados .....	15
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	15
13	Outras informações .....	15
13.1	Clientes e utentes .....	16
13.2	Outros ativos correntes .....	16
13.3	Diferimentos .....	16
13.4	Caixa e Depósitos Bancários .....	16
13.5	Fundos Patrimoniais .....	17
13.6	Fornecedores .....	17
13.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	17
13.8	Outros passivos correntes .....	17
13.9	Fornecimentos e serviços externos .....	18
13.10	Outros rendimentos .....	18
13.11	Outros gastos .....	18
13.12	Resultados Financeiros .....	19
13.13	Acontecimentos após data de Balanço .....	19





## 1 Identificação da Entidade

A "CENTRO SOCIAL PE. MANUEL JOAQUIM DE SOUSA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social" com estatutos publicados no Diário da República n.º 293, Série III, datado de 20 de dezembro de 1984, com sede em Rua Pe Silva Gonçalves Apartada 4129.

1. O Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa tem como objetivos principais:

- a) Apoiar a infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoiar a família;
- c) Apoiar as pessoas idosas;
- d) Apoiar a integração social e comunitária;
- e) Apoiar as pessoas com deficiência e incapacidade;
- f) Apoiar na resolução de problemas habitacionais das populações;
- g) Promover a proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- h) Promover a prevenção, promoção e proteção na saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- i) Promover ações de educação e formação profissional aos cidadãos;
- j) Outras respostas sociais não incluídas nos pontos anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

2. Além dos enumerados no número anterior, a Instituição pode prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos, nomeadamente culturais, desportivos, recreativos, entre outros, desde que esses fins sejam compatíveis com os fins definidos no ponto anterior.

3. A Instituição pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental, relativamente aos fins não lucrativos, ainda que desenvolvidas por outras entidades por elas criadas, mesmo que em parceria e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.

Para realização dos seus objetivos, a Instituição propõe-se:

- a) Manter em funcionamento as seguintes respostas sociais:
  - Creche;
  - Pré-escolar;





- Centro de Atividades de Tempos Livres;
  - Centro de Dia;
  - Serviço de Apoio Domiciliário;
  - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
  - Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social e de Reinserção Social;
  - Gabinete de Inserção Profissional;
- b) Promover ações de formação;
- c) Privilegiar os mais vulneráveis, do ponto de vista económico, social e cultural;
- d) Participar no desenvolvimento integrado da comunidade;
- e) Criar e desenvolver outras respostas sociais, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população, que se encontrem tipificadas na Segurança Social, tais como, Centro de Atividades Ocupacionais, entre outras.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### 3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

##### 3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.



### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve



manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.





Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos Fixos Tangíveis	Taxas de depreciação %
Terrenos e reursos naturais	0 %
Edifícios e outras construções	2 %
Equipamento básico	16,66 %
Equipamento de transporte	20 %
Ferramentas e utensílios	25 %
Equipamento administrativo	16,66 %
Equipamento informático	20 %



A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

O inventário respeita a géneros alimentares, produtos de limpeza e materiais pedagógicos.

### 3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros, são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos, que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Correspondem à diferença entre o montante a receber e



respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.7 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.



### 3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.



#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não aplicável no presente exercício.

#### 5 Ativos fixos tangíveis

Bens do domínio público – Não aplicável

Bens do património histórico, artístico e cultural – Não aplicável

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Correções	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Ativos fixos tangíveis curso	59 981,89	0,00		-18 860,51		41 121,38
Terrenos e recursos naturais	641 310,00	0,00				641 310,00
Edifícios e out. construções	4 022 217,54	25 887,33		18 860,51		4 066 965,38
Equipamento básico	252 083,70	3 029,59				255 113,29
Equipamento de transporte	163 043,25	39 114,00				202 157,25
Equipamento administrativo	116 594,65	6 920,99				123 515,64
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00				0,00
<b>Total</b>	<b>5 255 231,03</b>	<b>74 951,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 330 182,94</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e out. construções	1 037 570,90	91 914,82	-2 993,33			1 126 493,39
Equipamento básico	257 778,21	1 870,21	-7 059,99			252 588,43
Equipamento de transporte	156 650,48	16 862,00	-4 456,03			169 056,45
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	116 201,74	6 994,50	-6 597,92			116 598,32
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00				0,00
<b>Total</b>	<b>1 568 201,33</b>	<b>117 641,53</b>	<b>-21 106,27</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 664 736,59</b>
<b>Valor líquido</b>						<b>3 665 446,35</b>



Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Correções	Abates	Transferências	Saldo final
<b>Custo</b>						
Ativos fixos tangíveis curso	41 121,38	5 050,95				46 172,33
Terrenos e recursos naturais	641 310,00	0,00				641 310,00
Edifícios e out. construções	4 066 965,38	73 626,31				4 140 591,69
Equipamento básico	255 113,29	1 790,00				256 903,29
Equipamento de transporte	202 157,25	113 812,90				315 970,15
Equipamento administrativo	123 515,64	11 302,47				134 818,11
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00				0,00
<b>Total</b>	<b>5 330 182,94</b>	<b>205 582,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 535 765,57</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e out. construções	1 126 493,39	91 556,72	2 686,36			1 220 736,47
Equipamento básico	252 588,43	802,94	298,21			253 689,58
Equipamento de transporte	169 056,45	31 188,58				200 245,03
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	116 598,32	3 221,84	-1 000,00			118 820,16
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00				0,00
<b>Total</b>	<b>1 664 736,59</b>	<b>126 770,08</b>	<b>1 984,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 793 491,24</b>
<b>Valor líquido</b>						<b>3 742 274,33</b>

#### Propriedades de Investimento

A Entidade não detinha "Propriedades de Investimento"

## 6 Ativos intangíveis

A Entidade não detinha Ativos Intangíveis.

## 7 Financiamentos obtidos

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	141 303,72	888 767,17	1 030 070,89	129 483,16	1 034 362,05	1 163 845,21
Loações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	105.000,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>141 303,72</b>	<b>888 767,17</b>	<b>1 030 070,89</b>	<b>234 483,16</b>	<b>1 034 362,05</b>	<b>1 268 845,21</b>

## 8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 223,75	170 916,81	0,00	3 764,27	161 398,28	0,00	2 014,91
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4 223,75</b>	<b>170 916,81</b>	<b>0,00</b>	<b>3 764,27</b>	<b>161 398,28</b>	<b>0,00</b>	<b>2 014,91</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				173 237,44			163 596,35
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 9 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
<b>Quotas de utilizadores</b>	<b>2 478 863,01</b>	<b>2 234 628,87</b>
Mensalidades utentes	1 261 132,93	1 187 774,23
Acordos Segurança Social	1 217 238,08	1 046 854,64
Quotas e joias	492,00	276,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 478 863,01</b>	<b>2 234 904,87</b>

Tal como referido na Nota 4, neste exercício, a Entidade passou a adotar a recomendação da FAQ n.º 39 da Comissão Normalização Contabilística (CNC), que estabelece o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL). Em conformidade, o valor recebido dos Acordos Típicos, deverá ser registado contabilisticamente na Conta 72 – Prestação de Serviços, e não na Conta 75 – Subsídios à Exploração, como acontecia nos exercícios anteriores.



## 10 Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2025	2024
<b>Subsídios do Governo</b>		
POAPMC (pessoas 2030)	13 128,91	3 502,18
Instituto Emprego e Formação profissional	74 956,93	113 366,70
Subsídios de outras entidades	128 442,83	150 351,32
Doações	28 423,27	37 930,01
<b>Total</b>	<b>244 951,94</b>	<b>305.150,21</b>

## 11 Gastos com o pessoal

O n.º médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 “99” e em 2024 foi de “103”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 485 784,82	1 461.874,72
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	300 148,70	296 149,26
Seguros Acidentes no Trabalho e Doenças Profis.	20 341,82	18 810,64
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	22 444,75	80 541,49
<b>Total</b>	<b>1 828 720,09</b>	<b>1 857 376,11</b>

## 12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2024 e 2025 foram de 2.760 €, acrescidos de IVA à taxa em vigor, em cada um dos períodos.

## 13 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	20 629,89	13 451,84

### 13.2 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	7 245,28
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	17 044,36	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>17 044,36</b>	<b>7 245,28</b>

### 13.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	12 555,98	9 155,28
Fornecimentos e serviços	2 250,00	0,00
<b>Total</b>	<b>14 805,98</b>	<b>9 155,28</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 13.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	115,24	1 103,23
Depósitos à ordem	113 563,44	12 088,83
Depósitos a prazo	0,00	754,61
Outros		
<b>Total</b>	<b>113 678,68</b>	<b>13 946,67</b>



### 13.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	7 812,32	0,00	0,00	7 812,32
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	173 825,94	72 536,82	0,00	246 362,76
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 715 144,33	32 674,03	0,00	1 747 818,36
<b>Total</b>	<b>1 896 782,59</b>	<b>105 210,85</b>	<b>0,00</b>	<b>2 001 993,44</b>

Nota: o aumento verificado no exercício ficou a dever-se a um apoio financeiro estrutural extraordinário

### 13.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	70 964,18	70 088,37
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>70 964,18</b>	<b>70 088,37</b>

### 13.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 953,53	5 054,73
Imposto sobre o Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	8 382,50	6 440,50
Segurança Social	62 480,20	56 884,66
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>75 816,23</b>	<b>68 379,89</b>

### 13.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Adiantamentos de utentes</b>		<b>28 300,50</b>		<b>16 368,51</b>
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		270 829,52		235 669,98
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>115 646,19</b>		<b>84 338,32</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>414 776,21</b>	<b>0,00</b>	<b>336 376,81</b>

### 13.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	94 984,61	84 377,12
Materiais	15 912,16	15 360,80
Energia e fluidos	105 176,10	102 614,84
Deslocações, estadas e transportes	545,50	49,64
Serviços diversos	121 939,24	148 224,30
<b>Total</b>	<b>338 557,61</b>	<b>350 626,70</b>

### 13.10 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	178,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	115,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	2 309,70	0,00
Outros rendimentos	122 031,26	108 425,52
<b>Total</b>	<b>124 455,96</b>	<b>108 603,52</b>

### 13.11 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	2 087,85	753,29
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	23 281,04	1 486,18
<b>Total</b>	<b>25 368,89</b>	<b>2 239,47</b>



### 13.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	48 576,82	75 134,38
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>48 576,82</b>	<b>75 134,38</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	146,13	133,85
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>146,13</b>	<b>133,85</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-48 430,69</b>	<b>-75 000,53</b>

### 13.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Não poderá deixar de ser referido o conflito que envolve a Rússia e a Ucrânia que, ainda que seja lamentável, não se prevê ter impacto significativo na atividade da entidade, excetuando na inflação verificada e expectável, e consequente aumento dos gastos, sobretudo no valor da energia, ainda que não tenhamos condições de efetuar qualquer projeção acerca do mesmo.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

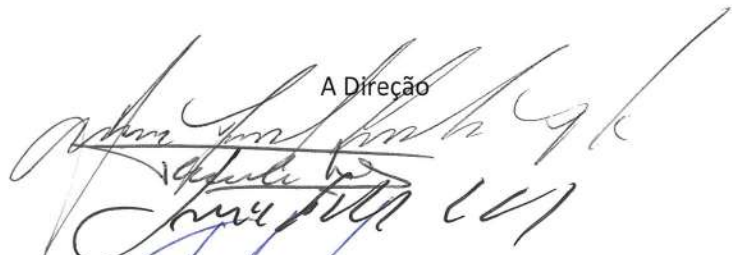

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 vão ser aprovadas na Assembleia Geral em 31 de março de 2026.

Caldas das Taipas, 16 de março de 2026

O Contabilista Certificado

A Direção

  
cc 23937

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/25	31/dez/24
<b>ATIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	3 742 274,33	3 665 446,35
		3 742 274,33	3 665 446,35
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	8	2 014,91	3 764,27
Créditos a receber	13.1	20 629,89	13 451,84
Diferimentos	13.3	14 805,98	9 155,28
Outros ativos correntes	13.2	17 044,36	7 245,28
Caixa e depósitos bancários	13.4	113 678,68	13 946,67
		168 173,82	47 563,34
<b>Total do ativo</b>		3 910 448,15	3 713 009,69
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	13.5	7 812,32	7 812,32
Resultados transitados	13.5	246 362,76	173 825,94
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.5	1 747 818,36	1 715 144,33
		2 001 993,44	1 896 782,59
Resultado líquido do período		316 827,20	72 536,82
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		2 318 820,64	1 969 319,41
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	7	888 767,17	1 034 362,05
		888 767,17	1 034 362,05
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13.6	70 964,18	70 088,37
Estado e outros entes públicos	13.7	75 816,23	68 379,89
Financiamentos obtidos	7	141 303,72	234 483,16
Outros passivos correntes	13.8	414 776,21	336 376,81
		702 860,34	709 328,23
<b>Total do passivo</b>		1 591 627,51	1 743 690,28
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		3 910 448,15	3 713 009,69

A Direção

O responsável

156813572

23937

CENTRO SOCIAL PE. MANUEL JOAQUIM DE SOUSA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501501290

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	2 478 863,01	2 234 904,87
Subsídios, doações e legados à exploração	10	244 951,94	305 150,21
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	163 596,35	173 237,44
Fornecimentos e serviços externos	13.9	338 557,61	350 626,70
Gastos com o pessoal	11	1 828 720,09	1 857 376,11
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.10	124 455,96	108 603,52
Outros gastos	13.11	25 368,89	2 239,47
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>492 027,97</b>	<b>265 178,88</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	126 770,08	117 641,53
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>365 257,89</b>	<b>147 537,35</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13.12	146,13	133,85
Juros e gastos similares suportados	13.12	48 576,82	75 134,38
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>316 827,20</b>	<b>72 536,82</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>316 827,20</b>	<b>72 536,82</b>

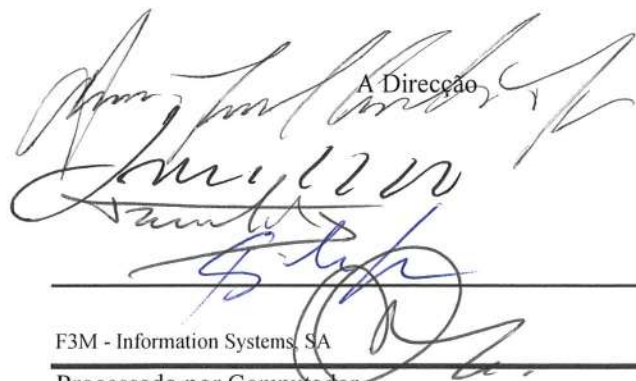
A Direção

O responsável


CENTRO SOCIAL PE. MANUEL JOAQUIM DE SOUSA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		2 490 214,54	1 205 007,76
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-399 398,98	551 161,26
Pagamentos ao pessoal		-1 288 546,97	1 250 423,78
Caixa gerada pelas operações		802 268,59	-596 577,28
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	20,00
Outros recebimentos/pagamentos		-375 810,95	891 448,39
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		426 457,64	294 891,11
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-135 934,47	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		85 834,39	0,00
Juros e rendimentos similares		146,13	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-49 953,95	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		310 000,00	1 387 399,18
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		10 579,46	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-548 774,32	1 633 569,08
Juros e gastos similares		-48 576,82	73 692,93
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-276 771,68	-319 862,83
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		99 732,01	-24 971,72
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0,00	
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		13 946,67	40 670,81
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		113 678,68	13 946,67

  
 A Direcção

O Responsável

  
 ec 23937